



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - CRIMES CIBERNÉTICOS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0009/16	DATA: 16/02/2016	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 15h21min	TÉRMINO: 16h44min	PÁGINAS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JULIANA DE FARIA - Jornalista criadora da ONG Think Olga.  
MAÍRA LIGUORI - Diretora da ONG Think Olga e Coordenadora da campanha *Manda Prints*.  
LUÍSE BELLO - Diretora da ONG Think Olga.

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve exibição de vídeo.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Boa tarde!

Declaro aberta a 39ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a prática de crimes cibernéticos (CPICIBER).

Ata.

Encontra-se à disposição dos senhores membros cópia da ata da 38ª reunião, realizada no dia 17 de dezembro de 2015.

Pergunto se há necessidade de leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Fica dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Bruno Covas.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico que a Comissão recebeu os seguintes documentos:

1 - Ofício nº 283, de 2015, enviado pelo gabinete do Deputado Odorico Monteiro, justificando a sua ausência nas reuniões dos dias 3, 15 e 17 de dezembro de 2015.

2 - *E-mail* encaminhado pela Sra. Eunice Borges, informando a impossibilidade de comparecimento da Sra. Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres, em razão da indisponibilidade de agenda. O convite atendia ao Requerimento nº 121, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Motta

3 - Ofício nº 1.118, de 2016, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que responde ao Requerimento nº 117, de 2015, de autoria do Sr. Deputado Fábio Sousa, sobre denúncia realizada pela jornalista Rachel Sheherazade.

Ordem do dia.

Audiência pública.

A reunião de hoje prevê a realização de audiência pública com a presença das criadoras do *site* Think Olga, que debate os direitos das mulheres. A reunião decorre da aprovação do Requerimento nº 118, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Motta.

Convido para tomar assento à mesa a jornalista Juliana de Faria, criadora do *site* Think Olga. (*Pausa.*)



Convido a Sra. Maíra Liguori, também participante do *site* Think Olga.  
(Pausa.)

E também convido a Sra. Luíse Bello a tomar assento à mesa. (Pausa.)

Cada convidada disporá de 20 minutos para apresentação.

Desde já, passo a palavra à Sra. Juliana de Faria.

**A SRA. JULIANA DE FARIA** - Boa tarde a todos. Agradeço imensamente o convite, a oportunidade de falarmos sobre nossos projetos, que têm foco nos direitos das mulheres. Agradeço também a presença.

O meu nome é Juliana de Faria. Sou fundadora da Think Olga, que é uma ONG feminista que luta pelos direitos das mulheres. Hoje vamos falar sobre alguns dos nossos projetos, começando pela campanha *Chega de Fiu Fiu*.

(Segue-se exibição de imagens.)

Não sei se vocês já ouviram falar, mas essa é uma campanha que tem 3 anos e luta contra o assédio sexual em locais públicos.

Queria começar esta fala lendo esse caso para vocês:

*“Eu estava em um bloco de carnaval, quando um homem me cantou. Não estava interessada, então, ignorei. Em resposta a isso, ele puxou o meu cabelo. Virei para trás e perguntei: ‘Você é louco?’*

*Quando estava voltando a caminhar, ele me deu um chute muito forte na perna, com toda força que ele tinha. Eu fiquei completamente desnorteada e os amigos que estavam com o rapaz tiveram que segurá-lo, porque ele queria me bater mais.*

*Procurei por algum policial que pudesse me ajudar com a situação, mas, toda vez que eu encontrava algum, a resposta era sempre a mesma, ‘não podemos nos deslocar até lá’.*

*Então decidi ligar para o 190 e o atendente me disse que infelizmente não havia nada que pudesse fazer. Fui embora para casa humilhada, sem ajuda. E o cara*



---

*que me agrediu continuou no mesmo lugar, possivelmente repetindo suas ações com alguma outra mulher.”*

Eu queria contar o caso da *Chega de Fiu Fiu* trazendo uma história para vocês que mostrasse todo o ciclo perverso dessa violência, que é o assédio sexual em locais públicos. E aí, eu preciso confessar que nem fui muito longe para achar essa história. Ela é, de verdade, a primeira história que foi colocada no mapa colaborativo que criamos para receber denúncias de assédio. Foi a primeira que entrou. Assim que foi ao ar, essa é história que entrou. Assim como essa, temos outras quase 2 mil histórias tão urgentes, e tão traumatizantes e tão doloridas para as mulheres.

Percebam que a mulher tem a sua liberdade podada. Ela tenta, de alguma forma, denunciar e não tem ajuda, e, ainda assim, é agredida mais fortemente. Depois que ela foi cantada, ela sofre um chute na perna. Essa história mostra justamente esse cenário cruel em que se encaixa o assédio em locais públicos.

Eu não posso falar da campanha *Chega de Fiu Fiu* sem contar a minha história pessoal. Então, agora eu a divido com vocês.

Aqui vocês podem ver uma foto: eu tenho 10 anos de idade, eu sou uma criança totalmente comum, usando aparelho. Gostava da Turma da Mônica, ouvia o *walkman* da Gradiente — para algumas plateias mais jovens, quando eu mostro essa foto, elas nem sabem o que é um *walkman* —, absolutamente feliz, normal, assistia a desenhos como *Os Cavaleiros do Zodíaco*. Um ano depois, eu costumo falar que o meu corpo me traiu. Essa aqui sou eu com 11 anos: eu menstruei, fiquei com a cintura mais fina, desenvolvi bumbum, peitos. Foi aí que eu fui assediada pela primeira vez em minha vida. Ainda era a mesma criança da outra foto, a mesma menina que estava assistindo à TV, com *TV Cultura*, assistindo a desenhos, brincando com Turma da Mônica.

Eu estava voltando para casa, depois de ter ido à padaria, um carro passou ali mais perto de mim e começou a desacelerar. Acho que vocês conhecem histórias parecidas, aquele carro que vai desacelerando e chegando perto. Ele abriu o vidro e gritou palavras horríveis para mim. Eu sempre digo que eu era uma criança, não entendi muito bem o que ele quis dizer, mas, mesmo assim, aquilo me agrediu muito e eu comecei a chorar na hora. E foi a primeira lição que eu tive de que o corpo da



mulher é entendido como algo público, em que se pode dizer ou fazer qualquer coisa com ele.

Nesse mesmo dia, eu tive uma segunda lição que foi bastante dolorida. Chegando perto de casa, uma senhora, ali da vizinhança, me viu chorando e me perguntou por que eu estava chorando. Eu contei o que tinha acontecido, disse que estava com medo, disse que tinha me sentido um pouco humilhada. Ela encostou ao meu ombro e falou assim: *“Minha filha, imagina! Deixa de ser boba! Quando você tiver a minha idade, você vai sentir falta disso”*. Então, foi minha segunda lição: até quando eu sinto que alguma coisa nos machuca, nos traumatizam, nos faz sentir humilhadas de alguma forma e temos que aceitar como algo positivo, como um elogio, como algo que nos faria mulheres melhores. E não é verdade.

Eu trouxe essa dor dentro de mim, sem conseguir denunciar ou falar a respeito, justamente porque tinha que entender como algo positivo, como elogio, até os 27 anos de idade.

Aí, um caso deu um clique dentro de mim e me fez mudar a visão sobre o assédio sexual, e eu decidi fazer algo a respeito. Esse é o caso de um diretor de teatro que estava lançando um livro. Talvez vocês se lembrem desse caso. Era um evento aberto à imprensa, com várias pessoas, vários jornalistas fazendo questões, gravando entrevistas, quando uma panicat, a Nicole Bahls, foi também gravar sua entrevista, vestida com características de panicats: um vestido mais curto, um supercabelão. E entre uma pergunta e outra, o diretor de teatro se sentiu no direito de colocar a mão por baixo do vestido da Nicole Bahls, sem qualquer consentimento. Vejam só a gravidade da situação: ele colocando a mão por baixo do vestido de uma mulher sem que ela permitisse. E ninguém ao redor fez nada! Pelo contrário, apesar de ela está ali tentando se defender, tirar a mão dele, se afastar, ninguém fez nada. E essa cena foi divulgada na TV ainda com tom de piada. Tudo bem! Esta é a mensagem que recebemos: *“Não tem problema, seu corpo está aí para isso!”*

Então, decidi fazer alguma coisa. Já tínhamos criado o Think Olga e, dentro da Olga, a nossa ONG, criamos a campanha *Chega de Fiu Fiu*, para debater o assédio sexual e mostrar que ele é, sim, uma violência, e não uma piada, um elogio, como as pessoas costumam dizer.



Foi uma campanha que nasceu de forma muito tímida, sem apoio e sem investimento. O nosso primeiro passo foi usar a Internet para poder divulgar nossa mensagem.

Criamos algumas ilustrações que falassem sobre esse tema de forma absolutamente leve, muito colorida, como vocês podem ver, às vezes, até usando certo humor, como esta arte aqui, mais ao canto, que diz: *“Uau! Ele assobiou pra mim, agora vou dar mole!”* — disse ninguém. Tentamos fazer uma brincadeira, mas a mensagem é realmente muito forte, a de que assédio sexual é, sim, uma violência. Nós mulheres não vamos mais tolerar esse tipo de comportamento, e vamos retomar as ruas. Era essa a nossa missão com essas artes, e elas funcionaram.

O *blog*, nessa época, tinha pouquíssimos seguidores e leitores, e essas ilustrações viralizaram de forma totalmente orgânica. São milhares de compartilhamentos, estávamos atingindo mulheres no Brasil inteiro, e elas nos escreviam contando suas histórias de assédio. Muitas delas estavam falando sobre as violências que sofreram pela primeira vez na vida para uma estranha, do outro lado do computador. Isso foi muito poderoso, porque, enfim, estávamos falando sobre isso sem a culpabilização da vítima, sem vergonha e sem medo de se sentir culpada por isso. Quando um assédio acontece, as primeiras perguntas que são feitas: *“Mas, com que roupa você estava? Mas, você tinha que sair de casa a essa hora? Por que você estava andando com esse homem que você nem conhece?”* Nós temos que reverter esse jogo. Essas perguntas são culpabilizadoras. A culpa do assédio é do assediador. E é isso que nós estávamos tentando fazer.

Então, o segundo passo... Uma das grandes questões ou críticas que recebíamos na época era de pessoas que diziam: *“Tá! Então, vocês não gostam de cantadas? Mas a maioria das mulheres gosta, sim. Vocês é que estão aí sendo frescas, reclamonas”*. Puxa, então acho que talvez tenhamos que fazer um estudo para entender isso melhor. E fizemos um questionário *on-line* em que de fato queríamos entender como as mulheres se sentiam em relação a esse comportamento. A nossa expectativa era a de receber mil respostas entre amigas, de amigas de amigas, ir a um núcleo mais ou menos próximo a nós. E, em menos de duas semanas, esse questionário também viralizou de forma orgânica, sem qualquer ajuda de assessoria de imprensa ou de relações públicas, e conseguimos



quase 8 mil respostas. Isso foi muito impressionante. Cada vez que uma mulher compartilhava nas redes sociais, guiava outras amigas e falava: *“Vamos responder a essa pesquisa. É muito importante que a gente fale sobre esse tipo de comportamento. É, sim, uma violência. Vamos conversar sobre isso”*.

Foi muito legal perceber que outras mulheres também queriam falar sobre esse assunto. E conseguimos algumas respostas. Estas aqui são só quatro das várias respostas que conseguimos nesse questionário que são muito interessantes, mas também muito tristes de reconhecer: 83% dessas 8 mil mulheres não gostam de cantada; 85% já sofreram com mão-boba — “mão-boba” é uma expressão muito leve que significa uma pessoa colocar a mão no corpo da outra sem consentimento, é uma expressão muito leve para o que realmente acontece. Colocar a mão no corpo de outra pessoa, sem consentimento, dependendo do caso, pode ser entendido como estupro —; 81% dessas mulheres já deixaram de fazer algo por medo de assédio; e 90% dessas mulheres já trocaram a roupa por medo de assédio também.

Esses dados são muito reveladores, apesar de saber que todas nós mulheres... Isso não é surpreendente. Quantas de nós não deixamos de usar um batom vermelho ou uma saia para pegar um ônibus ou nos cobrimos para ir até a padaria, num horário mais à tarde, mais à noite? Isso é absolutamente grave, porque não estamos vivendo a nossa cidade da mesma forma que os homens. Eu me pergunto se meu pai ou se meu marido já deixou de colocar alguma roupa ou de fazer alguma coisa por medo de assédio; se ele já pegou um caminho mais longo, para não ter que passar na frente de um bar ou de uma obra; se ele já deixou de fazer faculdade à noite, porque ele também tem medo de ser violentado de alguma forma. Nós temos essas histórias. As mulheres compartilharam isso conosco.

E aí muitas pessoas também perguntam: *“Mas qual é a diferença? Não pode nem mais flertar. Puxa! Então, como eu vou arranjar uma namorada?”* A gente fala que a linha é o consentimento. Se houver consentimento, não tem problema nenhum. É um jogo que duas pessoas estão jogando, sem problemas. Sem consentimento, sua abordagem pode ofender, pode assustar, pode traumatizar, até mesmo um “fiu-fiu”. Muitas pessoas me perguntam: *“Mas nem ‘linda’ pode falar? Nem ‘fiu-fiu’?”*



Vou compartilhar rapidamente com vocês uma história que recebi de um homem. Ele me disse que certa vez ele estava voltando para casa de carro e, na rua, ele avistou sua esposa. Ele falou: *“Vou buzinar aqui, dou uma carona para ela e a gente volta juntos para casa de carro”*. Deu um buzinação. Aí ele percebeu que a mulher dele começou a apertar o passo. Ele buzinou de novo, e ela começou a correr. Ele deu uma acelerada com o carro e teve que parar o carro de qualquer jeito na rua, saiu correndo atrás dela, abraçou-a e ela começou a chutá-lo, a chorar e a gritar. E ele falou: *“Puxa, eu não tinha percebido. Eu dei uma buzinação, que não é uma palavra, não é uma expressão, não tem significado nenhum”*, e mesmo assim ele assustou essa mulher, porque ela não sabia o que podia acontecer, qual seria a reação que viria depois disso. Por isso é que um “linda” também pode dar medo.

A nossa pesquisa mostrou também que 60% das mulheres que respondem a essas abordagens, negando o assédio, falando *“não, não estou interessada”*, já sofreram uma outra violência, dão chute, como aconteceu na estória que contei, puxão de cabelo, puxão de braço, empurrão, um xingamento.

Então, este é um cenário em que a violência está muito... A raiz deste cenário é a violência. É difícil sair dela sem que soframos essa violência mesmo, sem que seja truculento. Isso é só para vocês entenderem que esse cenário com esse “linda” e esse “fiu-fiu”, que parecem inofensivos, não o são.

A campanha... Quando lançamos a pesquisa, foi um sucesso. Ela foi republicada em todos os grandes jornais, revistas, rádios e TVs do Brasil. Foi muito, muito, incrível, e muitas pessoas que não faziam parte do nosso núcleo começaram a saber sobre a nossa luta, sobre a ONG, sobre a *Chega de Fiu Fiu*. Mas ela também não foi bem aceita por alguns grupos.

A *Folha* fez este vídeo sobre como as ativistas, que lutam pelos direitos das mulheres, são tratadas na Internet. Então, eu acho que esse tema de crimes virtuais... Eu queria compartilhar com vocês o que viemos sofrendo simplesmente por colocar na pauta o tema direito das mulheres.

Peço desculpa pelo palavreado, mas vai ser bem interessante.

*(Exibição de vídeo.)*

**A SRA. JULIANA DE FARIA** - Assim que a *Chega de Fiu Fiu* começou a fazer sucesso, logo depois que publicamos a nossa pesquisa, em uma semana em



que ela estava no ar, eu recebi mais de mil *e-mails* e comentários de xingamentos e ameaças de morte e de estupro. Sabemos que existe essa violência *on-line*, mas parece que ela não é muito séria. “É só uma mensagem na Internet.” Mas, até ela acontecer com você, é difícil ter noção mesmo de como ela é violenta.

Eu não conseguia dormir, estava deprimida demais para poder comer, para me alimentar. Em menos de 5 dias, eu já tinha perdido quase 4 quilos ou 5 quilos. Isso mostra como ela é impactante, como ela de fato faz com que queiramos abandonar os nossos projetos e como ela é uma afronta à nossa liberdade de expressão.

A Maíra Liguori depois vai dar continuidade a essa conversa com uma outra campanha que fizemos especificamente sobre violência *on-line* contra a mulher.

Mesmo depois dessa violência... A Internet é um lugar muito maluco, porque atrai essas pessoas maldosas e criminosas, mas atrai também muito apoio, e conseguimos nos reerguer e ter coragem de dar continuidade à nossa campanha. Então, lançamos um mapa colaborativo, que era uma ação que faltava. As ações até então eram de conscientização e informação, e achamos que o mapa, de certa forma, podia nos ajudar a trazer realmente soluções para isso. Qualquer pessoa pode acessar esse mapa e fazer um *pin*, uma denúncia, um depoimento do que aconteceu com a mulher, algum tipo de violência de gênero pela qual ela tenha passado. A maior parte das denúncias é de assédio.

Então, para vocês entenderem como isso funciona — infelizmente ficou um pouco pequeno —, os *pins* azuis ali são de São Paulo e os *pins* azuis são denúncias. O nosso intuito é jamais falar que as mulheres podem passar por pontos que são problemáticos. Não é essa a ideia. A ideia é entendermos quais são os pontos problemáticos e por que eles são assim. Às vezes, é uma rua que não tem muita iluminação, às vezes é um bar que não tem segurança nenhuma e não está preparado para lidar com esse tipo de violência. Mais do que isso, o mapa é uma ferramenta para que entendamos o que está ao nosso redor e o utilizemos como uma transformação para os nossos microuniversos.

O exemplo que eu dou é o de uma leitora que me escreveu e queria saber o que estava acontecendo no bar favorito dela. Ela viu que ali havia várias denúncias de assédio. Então, ela imprimiu as denúncias, levou-as para o gerente e falou: “Eu



*não sei se você sabe o que está acontecendo no seu bar. Mas agora você sabe e pode fazer alguma coisa. Juntos a gente pode tentar mudar essa situação para as mulheres”.*

Então, para vocês entenderem como funciona, esta aqui é uma denúncia de assédio físico: fica a data, o período, a mulher pode contar o que aconteceu com ela de forma anônima, fica o endereço certinho. E é assim que a gente vem coletando mais de 2 mil denúncias hoje. Fizemos uma cartilha sobre assédio sexual com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo que foi distribuída à população e também está disponível *on-line* para *download*. E é com supersatisfação que eu posso contar para vocês que é a cartilha mais baixada até hoje. Espero que os dados não tenham mudado. Por enquanto, é a mais baixada. É muito legal saber que as pessoas estão querendo saber mais sobre esse assunto, indo atrás dele.

E vamos fazer também um documentário sobre assédio sexual. Fizemos um *teaser* e o publicamos no ano passado. E também não tínhamos fundos. Então fomos atrás de um financiamento coletivo, em que contamos com doações. Nossa meta, em 60 dias, era bater 20 mil reais, e conseguimos atingir 20 mil reais em menos de 24 horas. Realmente, foi uma superconquista. Eu vou, de novo, agora, passar o *teaser*, para vocês terem uma ideia de como esse documentário vai ser feito.

*(Exibição de vídeo.)*

**A SRA. JULIANA DE FARIA** - Esse é o nosso documentário, que vai ficar pronto até o final do ano.

Eu também gostaria de mostrar como a campanha *Chega de Fiu Fiu* acabou pautando a grande mídia. Sou jornalista e, quando eu estava dentro da grande mídia, eu tentava fazer algumas matérias sobre assédio sem muito sucesso, infelizmente. Depois que a campanha foi realizada, nós conseguimos pautar e trazer esse tema com mais frequência, como eu acho que vocês viram, também, no carnaval.

Há o *#primeiroassedio* ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Para concluir.

**A SRA. JULIANA DE FARIA** - Vou concluir com o *#primeiroassedio*, que é uma continuidade da campanha *Chega de Fiu Fiu*. Mas, dessa vez, nós



conseguimos nos focar no primeiro assédio, quando ele começa na vida da mulher. E nós descobrimos que ele ocorre na infância, realmente muito cedo.

Nós fomos instigadas a criar essa campanha por causa do caso no *MasterChef Junior*, envolvendo uma participante de 12 anos. Não sei se vocês sabem, o *MasterChef Junior* é um *reality show*, com participação de crianças que ficam cozinhando ali quase que em *real time*. E, em um primeiro episódio, uma das participantes, de 12 anos, foi vítima de mensagens sexualizadas no Twitter, coisas como, por exemplo: “*Sobre essa Valentina: se tiver consenso, é pedofilia?*” A menina tem 12 anos.

Quando eu contei a minha história, no palco do TEDx São Paulo, sobre o meu primeiro assédio, aos 11 anos, muitas pessoas na Internet disseram que eu estava mentindo, que jamais isso aconteceria com uma menina de 11 anos. Então, o caso do *MasterChef* mostra, sim, como a sociedade, como nós sexualizamos essas meninas.

Nós criamos o *#primeiroassedio*, em que compartilhávamos as nossas histórias, mostrando o que tinha acontecido e em qual idade ocorrera o primeiro assédio. Rapidamente, muitas leitoras começaram a nos escrever e a contar também: “*Eu tinha 11 anos, e, no caminho da escola, um cara de moto me seguiu numa rua vazia e mostrou o órgão genital dele para mim*”.

Essa *hashtag* fez um grande sucesso. Nós fomos parar nos Trending Topics do Brasil. Em 5 dias de campanha, já tínhamos mais de 80 mil tuítes e retuítes de pessoas contando as suas histórias.

Várias matérias foram feitas sobre o *#primeiroassedio*, inclusive, internacionalmente. O *#primeiroassedio* foi traduzido para *first harassment*, e nós fomos parar na Irlanda, na Inglaterra, em Portugal, no Chile e em vários outros países. O debate, realmente, foi muito rico. Essa é uma matéria do *El País*.

Nós pegamos um grupo de 3 mil tuítes, então, 3 mil histórias, para tentar entender, para tentar traçar essa idade média de quando, de fato, acontece o primeiro assédio com as mulheres brasileiras. E a idade, vocês podem ver, é entre 9 e 10 anos. Mais especificamente, com 9,7 anos acontece o primeiro assédio com a mulher. É muito, muito cedo! São meninas que estão sendo forçadas a entrar num



mundo sexual. Que mulheres elas vão se tornar depois disso? Que mulheres elas vão se tornar depois de terem sofrido esse trauma, essa violência?

Essa é uma nuvem de palavras que nós fizemos com as histórias compartilhadas, essas 3 mil histórias. As palavras que aparecem grandes aqui são aquelas que tiveram mais recorrência: “*Mão, cara, pai, escola*”. São palavras bastante assustadoras, não é? Às vezes, demonstram que esses abusos acontecem em locais ou por pessoas que deveriam ser da maior confiança.

O *#primeiroassedio* parou na lista do Google Trends. Foi um dos termos mais pesquisados em 2015. Foram mais de 11 milhões de pesquisas sobre o *#primeiroassedio*. Além disso, o *#primeiroassedio* buscou pesquisas como, por exemplo: o que é assédio sexual? O que fazer diante de um assédio sexual? O que é assédio moral? Isso é muito importante! As pessoas estão se informando, e este sempre foi o nosso objetivo: o empoderamento feminino por meio da informação.

Bom, agora eu encerrei. Perdoem-me se corri um pouco com o conteúdo, mas passo a palavra a Maíra Liguori, para falar sobre a nossa campanha *Manda Prints*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Agradeço a Juliana de Faria pelos importantes esclarecimentos.

Passamos a palavra à Sra. Maíra Liguori, integrante também da Think Olga, pelo tempo de até 20 minutos.

**A SRA. MAÍRA LIGUORI** - Obrigada.

Como S.Exa. falou, eu sou Maíra Liguori, Diretora da Organização não Governamental Think Olga e Coordenadora da campanha *Manda Prints*, que luta contra a violência *on-line*. Então, dentro do nosso guarda-chuva em relação à violência contra a mulher, essa campanha é a que atua, especificamente, no tema de violência na Internet.

Essa campanha foi lançada no final do ano passado. A história dela se confunde com a própria história da Olga. Como Juliana disse, ao nascermos, ao apresentarmos o nosso projeto para o mundo, já fomos agredidas *on-line*, já tivemos nossa reputação agredida. Desde então, nós vimos lutando e fazendo ações esporádicas. Dessa vez, decidimos reunir o nosso conhecimento, a nossa força e colocar isso sob o guarda-chuva desta campanha *Manda Prints*.



Eu começo com um vídeo em que Juliana conta a história de assédio *on-line* que sofreu, de violência *on-line*, e que mostra um pouco o panorama dessa campanha.

(Exibição de vídeo.)

**A SRA. MAÍRA LIGUORI** - Existe um dado da Organização das Nações Unidas, uma estimativa de que 95% do conteúdo violento da Internet tem as mulheres como público-alvo. É como Juliana disse: “*A Internet é violenta para todo mundo*”. Posta-se lá e está-se sujeito a todos os tipos de agressão, comentários e xingamentos. Mas, se pensamos que essa realidade é diferente para homens e mulheres, precisamos olhar com atenção para isso.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Com o político também é do mesmo jeito. Na hora em que ele mete a cara é assim: esculhambação geral.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Aí está certo, do jeito que esta Casa age...

**A SRA. MAÍRA LIGUORI** - Isso significa que nós temos que olhar para esse problema com a atenção que ele merece.

Quando pensamos em crimes *on-line*, estamos pensando muito mais em fraudes, desvio de dinheiro, grandes *hackers* que provocam pânico no mercado financeiro e coisas do tipo. Não estamos olhando para os indivíduos e, principalmente, para as mulheres que estão nessa situação.

Então, quando vivemos o nosso caso de violência *on-line* com a fundação da Olga e o lançamento da *Chega de Fiu Fiu*, entendemos que nós, como mulheres — os homens também —, neste caso em que temos a nossa aparência questionada, estamos abandonadas. Não temos a quem recorrer, não existe uma lei. Agora as coisas evoluíram, claro, faz 3 anos que a Olga nasceu, mas não existe uma forma de amparo para esse tipo de situação.

Quando surgiu a Lei Carolina Dieckmann e tudo o mais, algumas medidas foram tomadas, e, de fato, conseguimos alguns avanços, mas isso não chegou ainda na ponta da cadeia.

Uma menina que sofre com a violência *on-line*, em primeiro lugar, não sabe como proceder, como se proteger, como se defender; e, em segundo lugar, os



órgãos públicos que receberiam essa denúncia ou acolheriam essa mulher também não estão preparados para isso.

Ao se encaminhar uma mulher vítima de *revenge porn*, de pornô de vingança, para uma delegacia de crimes digitais, o agente vai falar: “*Me desculpe, mas eu estou muito ocupado com uma fraude de 20 milhões. Agora não vou poder resolver o seu problema*”. Ou ele nem vai dar importância a ela, não vai nem dar uma justificativa, vai dizer: “*Quem mandou você mandar a foto de calcinha para aquele cara?*”

A abordagem desse problema sempre tem sido culpabilizadora da vítima, novamente: a culpa é da menina que mandou a foto, não é do criminoso que vazou essa foto pela Internet. Nós temos que olhar para esse problema de uma forma mais ampla e mais complexa. E este é o objetivo dessa campanha.

Não dá para ver ali, porque a letra ficou apagada, mas temos um passo a passo do que as meninas podem fazer. A primeira frente de atuação dessa campanha é instruir as mulheres e as meninas. “*Se você for vítima de violência on-line, o que você tem que fazer?*”

Contamos com a consultoria de uma advogada especialista em direitos digitais, e ela trouxe esse passo a passo de uma forma bem didática e clara, para que pudéssemos atingir todas as mulheres.

Aqui nós vemos os passos: faça um *print* da mensagem; nunca apague o conteúdo, porque se eliminam as provas; ir até um cartório registrar uma ata notarial. Temos esse processo bem detalhado, para que as mulheres possam se defender, tanto no vazamento de fotos íntimas, quanto no caso de *bullying*, ameaças, o que aconteceu conosco no lançamento da nossa campanha. Então, aqui está todo o passo a passo de como proceder.

Nós, como uma ONG formada por poucas meninas e com pouquíssimos recursos, não temos como resolver o problema dessas mulheres. Lançamos o debate na sociedade, instruímos as meninas e as encaminhamos aos órgãos competentes. No nosso *site* nós temos os órgãos que podem apoiar as vítimas, no caso de violência *on-line*, e sugerimos o encaminhamento.



Seria maravilhoso abraçar isso também e oferecer apoio psicológico e apoio jurídico. Infelizmente, ainda não temos braços nem recursos financeiros para isso. Mas, enfim, tentamos resolver da melhor forma.

Como uma complementariedade dessa campanha, fizemos, no ano passado, um debate, em que trouxemos uma advogada, uma personalidade da Internet que fala sobre moda e variedades e uma representante do movimento negro, que tem um *site* e que há 20 anos sofre violência *on-line*. Há 20 anos ela aguenta calada e já teve que sair da cidade, já teve que mudar de casa, já teve que fugir de formas diversas desta perversidade que é a violência *on-line*, e nunca teve nenhum tipo de apoio.

Portanto, nós trouxemos o assunto para debate, levantamos todos os principais temas, e jogamos para o mundo essa discussão. O nosso objetivo agora é continuar falando desse tema, é continuar levantando todas as questões, enfim. Contamos com os senhores para pensar em uma legislação que dê conta de abraçar esse tipo de violência de uma forma mais humana e completa para as mulheres.

Essa é a nossa campanha *Manda Prints*.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado a Maíra Liguori pela sua brilhante contribuição.

**A SRA. MAÍRA LIGUORI** - Na verdade, nós encerramos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Luíse Bello abriu mão de sua fala? (*Pausa.*)

Então, vamos para as inscrições dos Parlamentares. Iniciamos agora os debates.

Eu concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Silas Freire.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Sr. Presidente, Deputado Leo de Brito, meus cumprimentos.

Sra. Juliana, Sra. Maíra e Sra. Luíse, em primeiro lugar, quero agradecer a todas pela presença nesta importante CPI dos Crimes Cibernéticos e pela explanação que fizeram.



V.Sas. têm razão quando afirmam que precisamos nos aprofundar na apuração e na punição da violência através da Internet.

Quero lhes dizer que o Piauí, meu Estado, será referência daqui a alguns meses, porque está montando uma delegacia contra o feminicídio e a violência contra a mulher, em todos os aspectos, inclusive no aspecto *on-line*. Nós temos uma Vice-Governadora mulher, Margarete Coelho, que está coordenando isso, com a Secretaria de Segurança. Não sei se esta CPI ainda estará funcionando quando dessa primeira experiência, que acho que vai ser um plano piloto no Brasil, mas nós a traremos para esta Casa a fim de mostrar esse trabalho.

Nós também cobramos muito da segurança do Piauí a evolução da sua delegacia de controle e combate a crimes cibernéticos, porque ela é muito acanhada. Aliás, isso não é só no Piauí, mas no Brasil inteiro. A Polícia Federal é que ainda tem mecanismos para agir, mas, como V.Sas. mesmas citaram, ela está mais atenta aos desvios financeiros, ao terror cibernético que o País pode estar exposto do que à violência contra as próprias mulheres.

Então, nós precisamos buscar, urgentemente, nesta Casa, além dos muros desta Comissão, reforço nos Estados brasileiros a essa política de segurança pública. Hoje o terreno *on-line* é um terreno fértil para todo tipo de crime, inclusive para esse bárbaro crime da violência que sofrem não só os políticos, Deputado Átila Lira, mas principalmente as mulheres. E sabemos disso.

Eu participo de grupos de WhatsApp e fico bestificado quando vejo que o simples ato sexual entre um homem e uma mulher é enviado no grupo inferiorizando a mulher.

**A SRA. JULIANA DE FARIA** - Sempre.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - É um ato sexual em que dois seres estão envolvidos, mas ali o ato está inferiorizando a mulher. Sempre que exibido, é a mulher que está em situação inferior, quando, no ato sexual, sabemos que não há ninguém inferior. Mas V.Sas. estão cobertas de razão.

Agora, antes de eu fazer uma pergunta direta, diria que observei, na explanação de vocês, campanhas do tipo: *"Divulgue o seu print"*. Isso tanto em relação ao assédio físico como ao assédio *on-line*. Existem também campanhas preventivas para cercear a exposição? As mulheres às vezes se expõem demais.



Elas têm todos os seus direitos, são inferiorizadas, são violentadas, mas há mulheres que se expõem. Não há uma campanha da ONG para dizer até que ponto podemos colocar o nosso pé? Porque, senão, nós vamos ser vítimas mesmo. Nós já o somos, sem colocá-lo, e, se o colocarmos, vamos ser vítimas desses canalhas que ofendem a mulher tanto na esfera física como na *on-line*.

Seria interessante também se houvesse essa campanha falando do nível de exposição das mulheres. A mulher tem o direito de se expor para o seu companheiro, na sua intimidade, para si mesma, de fazer registros. Ninguém tem o direito de roubar e de exibir isso — claro! Mas existem exposições *on-line* feitas pela própria mulher. Ela mesma as faz, em grupos. Vítimas que não se expõem assim já são violentadas de forma *on-line*, imaginem quem faz essas exposições espontâneas.

Eu acredito que, havendo um trabalho de conscientização das mulheres, nós podemos também frear a nossa ousadia. Ninguém é proibido de ser ousado, mas existe um tipo de exposição feminina que, eu acho, está abrindo a porta dos canalhas criminosos *on-line*. Essa é uma observação que eu gostaria de fazer.

As mulheres são vítimas? São vítimas. E nem nesse caso da exposição eu as vejo como acusadas. Não, eu vejo que elas podem moderar. Por exemplo, eu tenho pressa de chegar a um lugar. Eu posso estar acelerando o meu carro para chegar a um lugar, mas tenho que me conscientizar de que aquela velocidade poderá me levar à morte, a um acidente. Da mesma forma, uma campanha na Internet. “*Eu posso me expor? Eu tenho o direito de mostrar o meu corpo?*” Você tem esse direito. Ninguém tem o direito de ridicularizar, de inferiorizar, de escandalizar porque alguém quis mostrar o seu corpo. Se, preventivamente, nós dissermos que isso é uma arma para os doentes que usam a Internet, não para se comunicarem, mas para cometerem crimes, eu acho que ajudaria a diminuir as exposições. É preciso dar uma moderada. Esse é um humilde pensamento nosso.

Eu lhes pergunto agora: o assédio *on-line* superou o assédio físico, o da rua?  
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - V.Exa. sabe disso, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Eu tenho uma impressão.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Ah, V.Exa. tem uma impressão.



Nós membros desta CPI precisamos saber disso.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Elas é que podem responder.

É muito mais fácil tentar assediar alguém escondido do que pessoalmente. Mas para uns indivíduos “cara de madeira” tanto faz assediar pessoalmente como *on-line*. É muito mais?

**A SRA. LUÍSE BELLO** - Em primeiro lugar, boa tarde a todos.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Boa tarde, Luíse.

**A SRA. LUÍSE BELLO** - É difícil responder a essa pergunta por diversas razões. A *Chega de Fiu Fiu* foi a primeira campanha no Brasil, pelo menos na sua proporção, a falar sobre assédio sexual em locais públicos. Então, a partir da campanha, nós que estamos na ONG começamos a receber denúncias de assédio. Nós não temos números para saber a proporção do assédio que acontece nas ruas. Não sabemos o que veio antes, mas, agora, o que sabemos é que há muitas mulheres falando conosco sobre isso.

Quanto a essa comparação com o assédio *on-line*, eu acredito que o ponto talvez seja, realmente, o fato do anonimato da Internet incentivar as pessoas a agirem de uma maneira que não agiriam na rua. Embora existam casos horríveis que acontecem na rua, na Internet, as pessoas têm tempo, disponibilidade e certeza de impunidade, o que não é real, porque as leis se aplicam à Internet também. Eu não sei onde acontece mais, no entanto as mulheres estão sujeitas a isso, massivamente, nos dois lugares. Acho que é difícil dar uma resposta definitiva.

Em relação às campanhas que fazemos, como a *Chega de Fiu Fiu* e a do primeiro assédio, tentamos nunca cercear os direitos das mulheres; pelo contrário, a nossa intenção é ampliá-los. Então, a nossa missão como ONG é o empoderamento feminino, por meio da informação. A nossa ideia é sempre conscientizar as mulheres para que elas possam viver livremente, porque a sociedade em si já está sempre falando para elas moderarem, para fecharem a perna, para colocarem uma roupa mais longa. E nós fazermos uma campanha para as mulheres não se exporem na Internet é mais uma vez falar: *“Mude o seu jeito, porque o mundo é perigoso para você”*. Nós queremos tornar o mundo mais seguro para que as mulheres possam fazer o que elas quiserem.



**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Concordo com V.Sa. Essa é uma ideia minha, pensando ou não nas mulheres, mas nos canalhas, nos doentes que estão atrás da Internet.

Agora, uma pergunta bem simples, Sr. Presidente, para eu concluir, até para nos esclarecer na CPI. Nesses 3 anos de existência da ONG, vocês já devem ter acompanhado — claro, penso eu — os assédios *on-line* e os assédios físicos, pessoais. Qual trabalho deu mais resultado? O nosso trabalho — nós estamos aqui até para propor leis mais duras — é que não está levando a nada? O físico também não está dando em nada? Era isso que eu queria entender.

**A SRA. LUÍSE BELLO** - No sentido da punição?

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - No sentido da punição.

Essa pergunta é para nós da CPI, porque, se for o nosso trabalho que não está levando à punição, não podemos deixar encerrar esta CPI sem propor mudança em alguma coisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Obrigado, Deputado Silas Freire.

Poderíamos fazer as perguntas em bloco e, depois, as passaríamos à Mesa.

Concedo a palavra ao Deputado Átila Lira.

Não sei se algum Deputado que está no plenário ainda vai querer se inscrever.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Essa ONG é de São Paulo?

Eu louvo essa iniciativa, porque, realmente, esses espaços de reação são muito importantes. Hoje a juventude está muito sujeita a essa condição. Eu fui Secretário de Educação e constatei demais isso.

A Internet é uma revolução neste mundo. É o que mais vi alterar o comportamento da sociedade. No plano econômico, não há tamanho; nos negócios, mais ainda; e, na vida privada, há uma repercussão que ainda não foi percebida totalmente, porque ela representa a maior forma de libertação de comunicação desses últimos anos. É a nova imprensa.

Há um princípio de liberdade e segurança que diz o seguinte: *“Quanto mais se procura dar segurança à sociedade mais se vai tolher a liberdade”*. Então, essa



questão da Internet é o maior desafio que existe hoje. Em relação ao comportamento humano, há falta de regramento, há liberdade, no sentido pejorativo, de aproveitar o anonimato para agredir as instituições, as pessoas, as mulheres, os políticos. Eu, por exemplo, não entro na Internet a não ser nos instrumentos dos quais tenho controle. Eu não dou minha cara para ninguém me agredir e tecer conjecturas, mas esse é o meu comportamento.

De maneira geral, hoje se utiliza a Internet para se relacionar. É patente, é uma coisa fantástica. A Internet permite hoje o mundo do abuso, da falta de respeito, o mínimo de relação social, não tenham dúvida.

O Brasil editou as primeiras leis da Internet. O mundo inteiro também está trabalhando nisso, porque ela tem sido um instrumento de crimes. E nós nesta Comissão também o fazemos.

Parabenizo V.Sas. Eu sou um entusiasta, sou um homem que usa o WhatsApp todo dia. Só não boto nada no Facebook porque o pessoal fica debochando. Então, não gosto; nem faltar com respeito aos meus amigos eu aceito, quanto mais ficar por aí. Eu organizei a minha campanha pela Internet, mas, graças a Deus, deu tudo certo.

Portanto, gosto desse pessoal novo. As meninas, os jovens precisam participar, conhecer essa ONG. Eu mesmo vou dizer para a minha menina, que é uma blogueira de primeira categoria. Nós estamos sujeitos a isso tudo que está acontecendo, mas temos que dar um regramento para que haja respeito aos direitos de todos.

A lei de assédio no Brasil é recente. Eu me lembro de que a primeira lei de assédio no Brasil foi com relação ao trabalho, cuja implantação foi muito difícil pelas reações do patronato ou da parte prejudicada. Quanto ao assédio moral, foi do mesmo jeito.

Então, nós estamos aqui com V.Sas. trabalhando numa coisa muito delicada, intangível, que são os direitos com relação a essa questão da Internet e suas repercussões. Estamos juntos para modelar e educar este País.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

Sejam bem-vindas!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado, Deputado Átila Lira.

Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado, pelo tempo de 5 minutos.  
(Pausa.)

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Só quero contar o caso seguinte, uma das coisas mais violentas que eu já vi: no meu Estado, uma menina que teve o corpo exposto pela Internet se suicidou. Foi uma coisa cruel. Eu era o Secretário de Educação. Não havia nem como nós trabalharmos. A vítima foi uma moça de Parnaíba.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

**O SR. DEPUTADO WELITON PRADO** - Boa tarde a todas e a todos.

Eu vou ser breve. Só gostaria de parabenizar a iniciativa, que, acho, é fundamental, e dizer que ela tem o nosso apoio. Debates como este servem para nós refletirmos e termos uma bagagem maior em relação ao tema.

Nós sabemos que a violência na Internet e nas ruas é uma realidade. Acho que nós não podemos permiti-la de maneira nenhuma, temos que combatê-la de todas as formas possíveis. E esta realmente é a Casa e este é o momento próprio para isso, para nós pensarmos, como a Maíra colocou muito bem, numa legislação que realmente puna essa violência de forma muito firme.

Aí eu vou deixar aqui, inclusive, uma sugestão. Vou me reunir daqui a pouco, com a Presidente Nacional do meu partido, o Partido da Mulher Brasileira — PMB, que vai gravar o programa que vai ao ar nos próximos meses em rede nacional. Eu vou sugerir, inclusive, a ela que procure V.Sas. e coloque esse como um dos temas principais do programa de TV, porque quanto mais a população se conscientizar, com mais educação e medidas firmes no sentido realmente de haver punição, mais se contribui para uma solução.

Então, só gostaria de parabenizar esta Comissão pela iniciativa e deixar aqui todo o nosso apoio e solidariedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado ao Deputado Weliton.



Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Juliana, a Luíse e a Maíra.

Quero dizer que uma coisa que me incomodou bastante foi o depoimento da Maíra, quando ela diz que, se um caso concreto chega à delegacia, ele acaba virando motivo de chacota. Eu acho que nós não podemos admitir que essa afirmação caia no vazio. Quer dizer, o fato de a delegacia estar lá procurando o culpado por um desvio financeiro de vários milhares de reais é importante, mas não se pode deixar de reconhecer que, para aquela pessoa que foi vítima, a importância do seu caso é igual.

Então, eu acho que nós precisamos, Sr. Presidente, primeiro, que todos os Estados tenham delegacias especializadas. Vários Estados nem as têm, mas aquele que tiver deve dar a mesma prioridade a todos os casos. Para aquela vítima, o que ela sofreu é mais importante do que outro assunto que está sendo apurado. Quer dizer, cada um tem o seu valor, e ele tem que ser respeitado, principalmente nessa questão das mulheres. As mulheres são mais vítimas ainda.

Eu queria cumprimentar a ONG por esse trabalho importante.

Com a facilidade de acesso à Internet, sem dúvida nenhuma, nós ficamos preocupados, hoje em dia, com as pessoas covardemente agredirem de forma anônima e ficarem se escondendo. Então, acho que nós temos que pensar em mecanismos.

Estava conversando agora há pouco com o Secretário-Executivo a respeito da possibilidade de nós até pedirmos a prorrogação da nossa CPI por mais um período, porque o prazo até o início de março talvez não seja suficiente para abarcar todos os problemas.

Como disse o Deputado Átila agora há pouco, a Internet é a nova imprensa, e sem responsabilidade — joga o que tiver que jogar... Sem dúvida nenhuma, isso acaba atingindo, de maneira reta, todas as pessoas, sejam ou não culpadas. Por isso, eu coloquei para S.Exa. que, infelizmente, alguns políticos dão razão à crítica generalizada que se faz a toda a classe, e, na verdade, a Internet não separa mesmo, leva todos de roldão. Todos vão na onda.



Então, eu queria solicitar, Sr. Presidente, como as Comissões não serão instaladas mesmo — há uma briga entre o Presidente da Casa e o Supremo Tribunal Federal —, que se verifique a possibilidade de eventualmente nós prolongarmos por um período de pelo menos 60 dias a CPI, porque vários casos ainda podem ser abordados e atendidos antes de nós fecharmos o relatório final. Parece pouco nós tomarmos alguma atitude, mas é muito importante fazer alguma coisa, porque, sem dúvida nenhuma, o homem ainda consegue se defender, mas a mulher é muito vulnerável, e nós temos que defender a mulher nessa situação de vulnerabilidade.

Quero cumprimentar mais uma vez a Juliana, a Luíse e a Maíra e fazer essa sugestão a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo. A sugestão de V.Exa. será levada à Presidenta da nossa Comissão, a Deputada Mariana, e certamente nós vamos avaliá-la.

Nós sabemos que os Trabalhos ao longo desses meses foram muito profícuos. Houve debates de grande importância e debates como este, que agora estão ganhando uma força cada vez maior na nossa sociedade. E acredito que nós podemos aprofundá-los, é claro, com uma eventual prorrogação desta CPI.

Eu gostaria também de fazer minhas considerações, primeiro, parabenizando a ONG Think Olga pelo trabalho, pelo ativismo, pela ação forte que tem tido na defesa dessa causa, que eu diria que, somada a outras causas, trabalha uma perspectiva que todos nós temos que trabalhar na nossa sociedade, que é a perspectiva do respeito ao outro, que é a perspectiva da afirmação, da reafirmação do princípio da dignidade humana, e nós sabemos o quanto as mulheres sofrem com isso. Nós sabemos, e eu acho que ficou patente neste debate, que as mulheres, muitas vezes, passam de vítimas, nessas situações, para verdadeiras culpadas, como se elas tivessem dado motivo a essas situações de assédio, de violência. E há casos clássicos de misoginia, de machismo explícito, que nós, infelizmente, ainda temos na nossa sociedade.

Eu estava conversando agora há pouco com a Juliana. Eu sou pai de dois filhos, um filho de 1 mês e uma filha de 2 anos. Eu acho que uma das maiores preocupações de um pai em relação a suas filhas é exatamente eventuais violências



que possam ocorrer, do ponto de vista sexual, do ponto de vista do assédio. E eu estava falando para a Juliana exatamente isso. Quem sabe, com esse trabalho que elas estão fazendo agora, um trabalho que surge da sociedade civil e agora encontra, digamos assim, um campo fértil no Parlamento, através desta CPI, nós possamos, quando a minha filha tiver 11 anos, viver outra situação, uma cultura de respeito.

Da mesma maneira, nós que somos pais temos de assumir um papel fundamental, inclusive com os nossos filhos homens, e eu quero colocar isso de maneira muito clara. Nós, pais e mães, temos que educar os nossos filhos, Maíra e Luíse, para que eles não sejam eventuais assediadores, para que sejam respeitosos em relação às mulheres. É um papel fundamental que nós temos, porque, às vezes, as mães que sofrem o assédio e os pais não estão passando essa compreensão, uma compreensão importante, de respeito.

O que me preocupa, Deputado Arnaldo, é que, muitas vezes — e o senhor é um decano aqui nesta Casa—, nós fazemos uma discussão a respeito do que acontece no seio da sociedade, mas, isso está acontecendo aqui no Parlamento. O senhor faz parte do Conselho de Ética, assim como eu, e já houve várias situações em que Parlamentares fizeram manifestações absolutamente machistas, homofóbicas, aqui nesta Casa, e simplesmente não aconteceu nada, do ponto de vista da punição, do ponto de vista daquilo que tem que ser feito, porque a Casa do Povo é a primeira que tem que dar o exemplo, mas, às vezes, nós não damos esse exemplo.

Eu acho que nós precisamos ter um consenso de que o respeito, a dignidade humana, independente das cores partidárias, é um princípio básico da democracia. E, quando olhamos, inclusive, a própria Presidenta da República, a primeira mulher que ocupa a Presidência em nosso País, nós vemos que ela sofre esse tipo de situação nas redes sociais. Eu acho que as pessoas têm todo o direito de divergir politicamente da Presidenta Dilma, da Presidenta da República, ou de qualquer mulher que nós tenhamos na Presidência, mas o ataque, da forma como é feito, inclusive relacionado a questões sexuais, de maneira baixa, como nós temos visto nas redes sociais, fere não só a dignidade do cargo Presidente da República, mas a dignidade da mulher como um todo.



**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Sr. Presidente, esse caso da Presidente Dilma é exemplar. Eu nunca vi tanto ataque pessoal sem razão, sem uma lógica de respeito, nenhuma, nenhuma mesmo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - De ataque à mulher, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Exatamente, à condição de mulher. Imaginem V.Exas. se fosse um presidente homem, se haveria a virulência dos ataques que aconteceu nos últimos períodos!

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Tem também. Ah, meu amigo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - É claro que tem, mas...

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - É claro que tem em relação à mulher, mas tem também contra qualquer político.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Todos nós sofremos.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Ah, meu amigo, tem demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Todos nós sofremos com isso. Mas eu queria finalizar fazendo-lhes uma pergunta. V.Sas. têm feito um trabalho importante de mobilização, e vi aqui que, por exemplo, a ausência de determinadas políticas públicas, como iluminação pública e até as condições das vias, facilita esse processo, de alguma maneira. E vimos também que nós temos uma ação muito forte na Internet de reiteradas ações criminosas contra as mulheres. Eu queria saber se V.Sas. estão trabalhando em termos propositivos também, porque nós aqui estamos numa casa legislativa. Eu queria saber se V.Sas. têm alguma elaboração, do ponto de vista propositivo, para que nós possamos melhorar a nossa legislação, a fim de melhorar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa situação, como também dos crimes cibernéticos. Então, seria essa a pergunta.

Como fui o último orador inscrito, passo a palavra agora a S.Sas. para considerações finais e também para responderem as perguntas.

Com a palavra a Sra. Juliana de Faria.

**A SRA. JULIANA DE FARIA** - Obrigada, agradeço imensamente as palavras, as colaborações. Eu acho que eu posso responder a sua pergunta, talvez juntando com a do Deputado Silas Freire sobre punição.

Nós estamos em um momento em que o assédio sexual e a violência *on-line* ainda são violências que precisam ser compreendidas. Quando nós falamos em



punição, ela vem como consequência de uma denúncia, e esse é o maior problema que nós temos enfrentado atualmente. Não quero jogar a culpa na mão das vítimas. O que eu quero dizer é que o nosso trabalho é de conscientização, de mostrar que essas são duas formas de violência e que podem ser punidas, de modo que possamos empoderar essas vítimas para que elas façam as denúncias e que isso siga um caminho correto até a punição.

Nós temos uma assessoria jurídica e conversamos bastante sobre esses casos de violência *on-line*, de *revenge porn*, e acho que a nossa grande barreira no momento é que a justiça, muitas vezes, não consegue punir esse agressor, porque é muito difícil comprovar que, de fato, era ele atrás do computador postando aquelas ameaças ou subindo um vídeo íntimo. Esta é a grande dificuldade, ter provas definitivas de que eles foram os criminosos, de certa forma. Então, esta é uma dificuldade em relação à violência *on-line*.

Quanto ao assédio sexual em locais públicos, eu acho que V.Exas. podem imaginar. Se, toda vez que eu, a Maíra ou a Luíse fôssemos assediadas na rua, nós parássemos tudo no nosso dia para ir a uma Delegacia da Mulher para fazer essa denúncia... É uma coisa que está muito além dos nossos braços. Nós, como ONG, decidimos nos focar na conscientização e na educação. A educação, como eu disse, não é só o empoderamento feminino, mas a educação dos homens também, de eles compreenderem que isso não deve ser feito, que é um comportamento que precisa ser eliminado. Então, é isto que a gente vem fazendo, esse “antes”, e eu acho que esta é a nossa responsabilidade.

Quanto a discutir punição, não queremos nós três pegar pelo braço e jogar em uma prisão todos os homens que, de certa forma, assediam mulheres nas ruas. É complicado, não sei se seria possível. Nós já discutimos um pouco sobre a questão de multas, que já funcionam em alguns países. Mas é isto. Em um primeiro momento, nós estamos estimulando essa conscientização, para que isso aumente também as denúncias. Nós vimos que, nesses últimos anos, o número de estupros vem aumentando, mas será que é porque é um país em que os estupros vêm aumentando? Não. As denúncias é que vêm aumentando. E é por isso que estamos lutando, para que sejam feitas mais denúncias, para que consigamos desenhar um



caminho que seja prático, objetivo, para fechar esse ciclo e, de certa forma, encerrar esse assunto, ou melhorar essa situação.

**A SRA. MAÍRA LIGUORI** - Eu queria só complementar que eu acho que um instrumento poderoso nessa situação seriam os bons exemplos. Eu acho que nós precisamos de bons exemplos. As pessoas que estão lá, atrás do computador, agredindo, subindo fotos, precisam saber que vão sofrer as consequências daquilo, que não vai haver mais impunidade. A Lei Carolina Dieckmann foi um exemplo de “estamos trabalhando nesse sentido”, mas nós precisamos dar continuidade a isso. Nós precisamos ter outras situações. Nós precisamos ver, dentro da casa, como o Deputado Leo colocou, exemplos de comportamentos e colocações que desestimulem as pessoas a fazer isso.

Antes de nós irmos lá e punirmos o agressor, vamos provocar nele uma reflexão sobre a agressão que ele está praticando. Vamos coibir, diminuir a violência. É muito mais difícil lidar com a consequência se não atacamos a causa. Então, são educação, uma coisa em que nós acreditamos e que fazemos, e os bons exemplos. Eu acho que desta Casa podem sair muitos bons exemplos também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Luíse com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Hoje, o problema começa nas escolas. A meninada já vem sendo mal encaminhada no sentido de não respeitar a mulher.

**A SRA. LUÍSE BELLO** - Era justamente isto que eu ia pontuar. Nós falamos em educação. Mas o que isso quer dizer? São campanhas que venham também de órgãos públicos, como as que aconteceram no carnaval. Vários órgãos do Governo lançaram campanhas contra o assédio no período do carnaval. E, nas escolas, sempre que possível, é bom haver um debate sobre gênero, sobre violência, porque é nesses lugares que nós vamos sendo formados. As meninas e os meninos vão aprendendo as regras de um jeito errado. É como disse a Juliana, nós vivemos um momento em que a mentalidade ainda é muito atrasada.

V.Exa. falou como foi difícil aprovar a lei sobre assédio sexual no trabalho. Eu imagino que tenha sido, porque nós vemos na *Chega de Fiu Fiu* e no *#primeiroassédio* que nós somos socializadas a aceitar a culpa e a ter medo das consequências: “Ah, mas eu não vou falar nada, porque vou perder meu emprego”.



“Eu não vou falar nada, porque não vão me ouvir.” “Eu não vou falar nada, porque não devia estar usando essa roupa.” É o ciclo da culpabilização.

Então, a nossa missão de educar essas mulheres é para que elas aprendam, basicamente, que a violência nunca é culpa delas. Era isso que eu queria pontuar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu só queria aproveitar a oportunidade e perguntar às componentes da ONG se elas têm fato concreto de algum caso em que se tentou fazer ocorrência na delegacia e não foi dada sequência a ela, para informar à nossa CPI.

**A SRA. JULIANA DE FARIA** - Caso de violência *on-line* ou de assédio sexual?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Pode ser qualquer tipo de caso em que se tentou fazer ocorrência policial e não houve atendimento ou não houve uma consequência, para que possamos cobrar isso.

**A SRA. JULIANA DE FARIA** - Temos, claro! Inclusive, temos alguns relatos que foram feitos em formato de *post* na Internet que podemos compartilhar com V.Exas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Era isso que eu queria: esse compartilhamento. A Maíra falou de um caso chegou à delegacia e, como havia um crime maior de direito econômico, não se deu atenção ao crime de assédio. Eu queria essa informação para tomarmos providências e cobrarmos. Nós podemos cobrar dessa autoridade que negligenciou o que aconteceu.

Sexta-feira à noite, eu estava passando por uma via de risco em São Paulo e vi uma pessoa passando mal na rua. Mas, como era um local de alta periculosidade, eu não parei. Liguei para o 190, e quem atendeu disse: “*Se o senhor não for lá identifica a pessoa, nós não vamos atender*”. Olha que absurdo! E eu me identifiquei, identifiquei! E, lógico, no dia seguinte tomei providência contra o 190. É absurdo dizer que eu é que tinha que ir lá ver a pessoa, para saber se era um caso de SAMU ou se era um caso de Corpo de Bombeiros. Ora, a polícia é que tem que fazer isso!

Se isso aconteceu comigo, que sou Deputado — eu me declarei Deputado, quando acionei o 190 —, imagino o que aconteceu nesses casos que a Maíra contou aqui e que a Juliana Faria está contando. Nós temos que tomar providências.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - É nessas situações que a gente se sente impotente, não é? Mas temos que mudar essa realidade.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - V.Exa. me permite, antes de terminar esta audiência, fazer um registro? Parece que nós não teremos quórum para as deliberações, mas uma extrapauta, para trazeremos o delegado de São Paulo que conseguiu na Justiça o pedido de paralisação do WhatsApp — importantíssimo! O primeiro pedido veio do Piauí, meu Estado.

Eu queria deixar registrado aqui que nós já estamos pautados para votar a vinda do primeiro magistrado que ordenou a suspensão dos trabalhos do WhatsApp no Brasil, o Dr. Luiz Moura, Juiz de Primeira Instância do Estado do Piauí. Está aqui o requerimento de nossa autoria para que S.Exa. venha a esta Comissão Parlamentar de Inquérito declinar por que fez isso, inclusive em uma investigação de pedofilia que se desenrolava no Estado do Piauí e S.Exa. não obteve nenhuma informação por parte do aplicativo WhatsApp. É só a título de registro, no final desta audiência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, a colocação do Deputado é importante, porque o prazo de término da nossa CPI já é o dia 13 de março e ainda há um período anterior de elaboração do relatório. Essas colocações do Deputado em relação a esse delegado e esse juiz são importantes. Por isso, eu reitero o pedido de prorrogação da nossa CPI, para apurar esses fatos extremamente importantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - O.k. Isso será avaliado.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - A questão do *bullying* nas escolas é nessa mesma ótica. De maneira geral, a meninada aproveita o *bullying* para desqualificar a menina, fazer todo tipo de coisa. Se ela é bonita, é discriminada. Se ela tem um problema, também é discriminada. É muito importante, a partir da escola, a discussão com a juventude no sentido de se respeitarem os direitos do cidadão, da mulher, da jovem, essas coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leo de Brito) - Gostaria de agradecer à Juliana de Faria, Maíra Liguori e Luíse Bello a presença e as importantes contribuições que deram a esta audiência pública.



Antes de finalizar, informo que temos dois requerimentos extrapauta. Como temos um quórum muito baixo e é requerida votação nominal, vamos encaminhar no sentido de que esses requerimentos sejam inseridos na própria pauta de votação dos requerimentos, na quinta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes convoco reunião ordinária da Comissão para a próxima quinta-feira, dia 18 de fevereiro. Agradeço a todos a presença. Está encerrada a reunião.